

JORNAL DO SINDICATO

Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema



Foto: Midia Ninja



EM BRASÍLIA | 367 DEPUTADOS PICARETAS GOLPEIAM A DEMOCRACIA E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES



EM DIADEMA | A LUTA CONTINUA POR MAIS DIREITOS E CONQUISTAS. PREFEITO AUTORITÁRIO DESCONTA SALÁRIO DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES QUE LUTAM

IMPEACHMENT SEM CRIME DE RESPONSABILIDADE É GOLPE

LÍDERES DO GOLPE TRAMAM “PONTE PARA O ABISMO”

O dia 17 de abril de 2016 vai ficar marcado na história do Brasil como um dia de vergonha. Neste dia, 367 deputados federais votaram pela “admissibilidade” do processo de impeachment contra a Presidenta da República, desconsiderando totalmente o que diz a Constituição Federal, que exige que fique cabalmente comprovado “crime de responsabilidade” para suspender o mandato presidencial conferido pelas urnas.

A verdade que está à vista de todos é que a Presidenta da República, independente dos erros e acertos do seu governo, não cometeu nenhum “crime” de que é acusada. O processo de impeachment é uma violência contra a democracia.

Autorizado o processo pela Câmara, agora cabe ao Senado Federal julgar a presidenta. A irresponsabilidade dos políticos de Brasília ameaça jogar o país numa crise de graves proporções.

As ditas “pedaladas fiscais” que são usadas como pretexto para derrubar Dilma foram usadas por todos os presidentes nas últimas décadas e por dezenas de governadores, inclusive pelo ex-governador de Minas Gerais que hoje é o relator do processo do impeachment no Senado.

O presidente da Câmara dos Deputados, réu de processo perante o STF, acusado de corrupção e de ter contas secretas na Suíça foi o comandante do espetáculo deprimente ocorrido no dia 17/4.

O principal beneficiário, o vice-presidente, também acusado de irregularidades e corrupção, conspira à luz do dia com o grande empresariado, os políticos corruptos que querem se livrar da “Lava Jato” e os grandes meios de comunicação.



Foto: Midia Ninja

O programa desta coalisão conservadora comandada por Temer é a chamada “Ponte para o Futuro” do PMDB, que melhor seria chamada de “Ponte para o Abismo”.

Algumas destas propostas dão uma ideia dos planos desta gente para os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros:

- Mudança nas regras da previdência, estabelecendo como 65 anos a idade mínima para a aposentadoria, prejudicando os mais pobres que começam a trabalhar mais cedo, as mulheres e os trabalhadores rurais;
- Desvinculação dos benefícios da previdência e dos valores das aposentadorias da variação do salário mínimo, acabando com o reajuste automático;
- “Regulamentação” das terceirizações, generalizando esta forma de contratação que permite aos patrões rebaixar os direitos dos trabalhadores e pagar salários menores;
- Autorização para que as “convenções coletivas” se sobreponham ao que é estabelecido como direitos mínimos garantidos pela CLT, permitindo aos patrões chantagearem os trabalhadores com ameaça de desemprego em momentos de crise econômica, impondo arrocho salarial e perdas de direitos;
- Ataques aos direitos sociais dos trabalhadores, principalmente saúde e educação, com mudanças na Constituição que estabelece pisos mínimos de investimento nestas áreas.
- Subordinação do Brasil aos interesses econômicos dos Estados Unidos, abrindo caminho para a venda da Petrobrás, que é alvo do capital estrangeiro por conta da descoberta do Pré Sal.
- Generalização da privatização do patrimônio público, como já anunciado com a ideia de “privatizar tudo que for possível”;

O papel da CUT e dos sindicatos comprometidos com suas bases é lutar para evitar que este golpe seja perpetrado contra os trabalhadores.

O Sindema ocupa seu lugar nesta luta, convidando todos os trabalhadores e trabalhadoras funcionários públicos de Diadema a juntarem-se nas atividades do dia 10 de maio, jornada de luta contra o golpe, com manifestações e paralisações em todo país.

Vitória da mobilização: barramos o arrocho, a luta continua!

Neste 1º de Maio, nós, funcionários públicos de Diadema tivemos bons motivos para comemorar e mais motivos ainda para seguirmos firmes na luta pelas nossas reivindicações.

A comemoração é devida à vitória importante que tivemos na nossa campanha salarial de 2016, vencendo a postura truculenta do prefeito que ameaçou o tempo todo com retaliações, mas ao final foi

obrigado a ceder em nossa reivindicação principal, recompondo nossos salários e evitando que perdas se acumulassem no período 2014-2016.

No dia 15 de abril foi aprovada a Lei Complementar 422/16, que regulamenta o Acordo da nossa campanha salarial.

Mas ainda temos muita luta pela frente: contra os abusos, descaso e falta de compromisso desta administração, por

condições dignas de trabalho, contra o autoritarismo das chefias, pelo Vale Refeição para todos com valor decente, por um Plano de Cargos, Salários e Carreiras.

As fotos que ilustram esta matéria são uma homenagem às lutadoras e lutadores que se empenharam nesta conquista e dão significado especial a este mês de maio em que celebramos as lutas dos trabalhadores em todo o mundo.

NOTA DO SINDEMA

PREFEITURA DESCONTA DIA DA PARALISAÇÃO GERAL (23/3)

Em 2016 o funcionalismo público de Diadema fez uma campanha salarial vitoriosa.

Frente à garra e disposição de luta da nossa categoria, a Prefeitura se viu obrigada a apresentar uma proposta de contempla o reajuste da inflação acumulada no período 2014-2016.

É devido à nossa luta que já no final de abril nossos salários foram reajustados em 4,25%. Em junho (2,46%), setembro (2,46%) e dezembro (4,98%) teremos novas parcelas de reajuste, totalizando 14,89% de reajuste este ano.

Esta conquista coletiva foi fruto da luta de inúmeras lutadoras e lutadores que não se intimidaram com as ameaças do prefeito e participaram dos vários momentos de mobilização, especialmente da paralisação geral realizada no dia 23/3, com ampla participação e repercussão em toda cidade.

Foi com a intenção mesquinha de "punir" estas lutadoras e lutadores que a Prefeitura se negou até o fim a permitir que o dia da paralisação fosse repostado, deixando de atender ao interesse público da prestação do serviço, ao contrário do que reivindicou o **Sindema** reiteradas vezes na mesa de negociação.

Devido à intransigência da Prefeitura o dia 23/3 será considerado como "falta justificada" para aqueles que participaram da paralisação. Por reivindicação do **Sindema**, o dia descontado não acarretará prejuízo para quaisquer gratificações (abono regência, gratificação PSF, GEA e GQTM – Gratificação por Qualificação do Trabalho Médico, Licença Prêmio e Férias).

Lamentamos e repudiamos esta postura autoritária e intransigente da Prefeitura, que não leva em conta o interesse público, a justiça e o direito de livre organização sindical.

Se a intenção era punir, podem estar certos de que o exemplo da luta não será esquecido e cada vez mais o funcionalismo público de Diadema estará unido em defesa dos interesses da nossa categoria e da convicção da importância do nosso trabalho para a prestação de um serviço público de qualidade.

Parabéns a quem ousa lutar, pois é a luta que constrói o caminho das vitórias!

Direção do **Sindema**, maio de 2016



Plano municipal de educação é Lei!

Quase um ano depois do vencimento do prazo legal instituído pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e sem a convocação devida às/aos professoras/es para que participassem das discussões, saiu o Plano Municipal de Educação de Diadema (PME) que dispõe sobre as metas e estratégias formuladas para a educação municipal nos próximos 10 anos.

A gestão democrática tem como princípio a participação de toda a comunidade escolar na formulação do PME, por isso um calendário que garantisse a participação dos professores traria mais qualidade às discussões, tendo em vista que o debate acerca da diversidade de gênero e raça vinha sendo massivamente atacado pelo pensamento racista, sexista e homofóbico nos PME's de São Paulo e Região.

Desde o início de 2015, o Sindema vinha alertando a Secretaria de Educação para a necessidade de formulação dessa Lei de forma legítima, democrática, assegurando ampla participação dos/as trabalhadores/as e da comunidade no processo de construção e para que a Secretaria da Educação não perdesse recursos federais pelo descumprimento do prazo legal para sua formulação.

Sem a participação massiva das/os professoras/es a problemática permeada de absurdos e pensamentos retrógrados foi reproduzida em Diadema, o que causou um desgaste considerável à minoria a favor do princípio básico da Constituição Federal que é a diversidade, tema de projetos anuais da maioria das escolas municipais

Numa rede que conta com sérios casos de racismo e intolerância, mas que também constrói projetos referência sobre diversidade, o PME não contemplou a questão da diversidade enquanto meta educacional para os próximos 10 anos, o que seria fundamental para o trabalho já em andamento em muitas das escolas municipais, mas, graças a nossa luta, conseguimos que constasse no Plano Municipal como Estratégia.

Continuaremos a discutir o assunto pela relevância de pensarmos nos sentidos de uma educação diversa e de acompanhar o cumprimento das disposições do PME, que trata também:

- 1) Do financiamento para a educação;
- 2) Materiais pedagógicos nas escolas: todas as escolas estão com seus estoques defasados;
- 3) Sala de informática na educação infantil: menos de 30% das escolas contam hoje com sala de informática;
- 4) Padrão de qualidade na alimentação escolar: temos falta de comida, gás e cozinheiras nas escolas;
- 5) Garantir e ampliar equipe multifuncional de atendimento nas escolas: o CAIS trabalha de forma precarizada e com número reduzido de profissionais;
- 6) Plano pedagógico eficiente e próprio do município: o sistema S é a base da educação pública municipal;
- 7) Formação continuada para professores: a Secretaria de Educação não tem calendário de formação continuada, apenas eventos curtos, pontuais e terceirizados;
- 8) Garantir aquisição de material didático que contemplem a Diversidade: os projetos sobre diversidade nas escolas são financiados pelos próprios professores;
- 9) Oferecimento de atividades extraclasse: a disponibilidade de ônibus para sair da escola fica reduzida ao desfile de 7 de setembro;
- 10) Garantia da EJA e erradicação do analfabetismo: (inúmeras salas da EJA foram fechadas);
- 11) Aplicação de 1/3 da jornada: as/os professoras/es da Educação infantil parcial 25H e Ensino Fundamental I e II atuantes nas escolas de Ensino fundamental I, ainda não tem 1/3 da jornada fora da sala de aula;
- 12) Formação do Fórum Municipal de Educação: imprescindível para o acompanhamento da aplicação do PME;

Destacamos pontos fundamentais para pensarmos numa educação de qualidade, precisamos continuar cobrando da PMD e Secretaria da Educação o cumprimento desses e demais pontos que você pode conferir no PME disponível em: <http://www.cmdiadema.sp.gov.br/PLidos/PL018-2016>

Estamos de olho, educação NÃO É MERCADORIA!!!

1/3 DA JORNADA: a lei está em vigor e mais de 50% da rede continua em situação ilegal

Se fosse uma novela, estaria longe de um final feliz: a educação de Diadema segue sucateada e os profissionais de linha de frente das escolas sofrem com a má gestão da PMD e Secretaria de Educação, além de não contar com inspetores de alunos, os espaços estarem cada vez mais precários, a falta de material, o ponto biométrico que não dá conta da flexibilidade do trabalho e a incerteza do destino de cozinheiras e guardas, a garantia legal de 1/3 da jornada fora de sala de aula é invisível para essa gestão, desconsideram a lei, brincam com a justiça, e nada fazem para reverter o assunto e aplicar o que de direito às/aos professoras/es de educação Infantil parcial 25H e Ensino Fundamental I e II atuantes nas salas de Ens. Fundamental I.

O Sindema vem insistindo desde 2008 para que um plano gradual e responsável fosse feito pela prefeitura, grupos por segmentos foram criados para formular as propostas e mais uma vez a discussão ficou no bolso da Secretaria de Educação, este ano o prazo acabou, e não tem outra

forma, entramos na justiça para que a prefeitura respeitasse a lei, a juíza cobrou da PMD o mesmo plano que cobramos há tempos, enviamos propostas, divulgamos as discussões, realizamos plenárias e mesas setoriais sobre o assunto, e a alegação do prefeito é falta de verba, essa desculpa já virou um jargão dessa gestão, se a prefeitura não tem dinheiro para o necessário, de onde tiraram verba para comprar o ponto biométrico, pagar o SESI e comprar postes com propaganda do programa OPA da prefeitura que só serve para deixar-nos ainda mais indignados???


Pois bem, não tem arrego: 1/3 da jornada é direito garantido sem prorrogação da lei, já ganhamos na instância municipal e a prefeitura deve começar a pagar multa diária nos próximos dias pelo não cumprimento da lei, o prazo extra dado pela justiça venceu em abril, não queremos onerar os cofres públicos, já apontamos à PMD, na justiça e em jornais anteriores, possibilidades mil para aplicação da lei. Agora vamos às conseqüências que eles plantaram!!!

EXPEDIENTE JORNAL DO SINDICATO é uma publicação do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema.

Direção do Sindicato: José Aparecido da Silva (Presidente), Mara Neide Ferreira Linhares Hora, Jandyra Massue Uehara Alves, Ana Maria da Silva Santos, Mislene Inocência Pereira, Roseli Aparecida de Souza, Domingos Tomaz de Souza, Estela Baptista da Silva, Benedito de Oliveira Lima, Shedd Pegáz, Maria Aparecida Alves Campos, Marcos Henrique Almeida da Costa, Floripes de Aguiar Kikute, João Hélio da Silva. **Conselho Fiscal:** Fonlana Cheung, Absolon de Oliveira, Rosania das Dores Mendes, Raimundo Pereira de Sousa, José Carlos Araujo Silva, Silvia Helena da Silva.

Delegados junto à Federação: Renilva Mota Ferreira, Antonio Carlos Gonzaga, Vladimir Murano de Miranda, Cristovão dos Santos.

Edição e Diagramação: Movimento Web & Artes Gráficas / Cláudio Gonzalez (MTb 28961/SP)

O Sindicato fica na Av. Antônio Piranga, 1156, Diadema, SP CEP 09911-160 — Telefone: 4053-2930 Site: www.sindema.org.br Email: sindema@terra.com.br  [/sindema.org](https://www.facebook.com/sindema.org)